



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 1º DE JUNHO DE 2022, PARA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE 2023

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e vinte e dois, conforme Edital de Convocação publicado aos treze dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, no Diário Oficial do Município de número 91, Ano XI, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para discussão do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023. A Audiência Pública presencial foi presidida pelo Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Vereador Sergio R. B. Balaguer, e participaram os demais membros da Comissão, Vereadores Flávia Francischini, Hernani, Indiara Barbosa, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Osias Moraes, Professora Josete e Tito Zeglin. Também estiveram presentes a senhora Daniele Regina dos Santos, Superintendente Executiva da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento, o senhor Carlos Eduardo Kukulj, do Departamento de Orçamento de referida Secretaria, a senhora Adriane Cristina dos Santos, Diretora de Planejamento, Pesquisa e Inovação do Instituto Municipal de Administração Pública, e a doutora Aline Bilek Bahr, Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo de Curitiba, do Ministério Público do Paraná. Consta nas notas taquigráficas enviadas a esta Comissão o seguinte: "O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma): Conforme Requerimento nº 054.00010.2022, aprovado na Sessão Plenária de 16 de maio de 2022, os horários reservados à Ordem do Dia, ao Grande Expediente e às Explicações Pessoais estão destinados à realização de audiência pública e debate da fase de discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023. Convido a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para assumir os trabalhos, iniciando a audiência pública, sob a Presidência do Vereador Serginho do Posto. Também estamos recebendo a visita dos alunos do Colégio Católica de Curitiba, dentro do Projeto Políticos Mirins. O SR. PRESIDENTE:- Em nome do Presidente Tico Kuzma fazemos a saudação ao Colégio Católica de Curitiba, UBEC, União Brasileira de Educação Católica. Sejam bem-vindos, os professores estão acompanhando os alunos. Muito obrigado pelas presenças. Convido as Vereadoras Indiara Barbosa, Professora Josete, Flávia Francischini para que componham a Mesa. Gostaria de agradecer as presenças. Hoje está conosco (A) a Dra. Aline Bilek Bahr, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná. Quero de público agradecer a atenção dada ao nosso mandato, quando em 2006 fizemos uma representação contra a empresa Ecovia, empresa que operava a concessão do trecho Paranaguá - Curitiba. A Dra. Aline nos atendeu em diversas audiências, pudemos avançar em algumas melhorias no trecho urbano, no limítrofe de São José dos Pinhais. A época foram diversos promotores,



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA
COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS
E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA
1º DE JUNHO DE 2022, PARA
DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI DE
DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA
O ANO DE 2023

Ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e vinte e dois, conforme Edital de Convocação publicado aos treze dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, no Diário Oficial do Município de número 91, Ano XI, realizou-se a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, para discussão do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023. A Audiência Pública presencial foi presidida pelo Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, Vereador Sergio R. B. Balaguer, e participaram os demais membros da Comissão, Vereadores Flávia Francischini, Hernani, Indiara Barbosa, João da 5 Irmãos, Jornalista Márcio Barros, Osias Moraes, Professora Josete e Tito Zeglin. Também estiveram presentes a senhora Daniele Regina dos Santos, Superintendente Executiva da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento, o senhor Carlos Eduardo Kukolj, do Departamento de Orçamento de referida Secretaria, a senhora Adriane Cristina dos Santos, Diretora de Planejamento, Pesquisa e Inovação do Instituto Municipal de Administração Pública, e a doutora Aline Bilek Bahr, Promotora de Justiça da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo de Curitiba, do Ministério Público do Paraná. Consta nas notas taquigráficas enviadas a esta Comissão o seguinte: "O SR. PRESIDENTE (Tico Kuzma): Conforme Requerimento nº 054.00010.2022, aprovado na Sessão Plenária de 16 de maio de 2022, os horários reservados à Ordem do Dia, ao Grande Expediente e às Explicações Pessoais estão destinados à realização de audiência pública e debate da fase de discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023. Convido a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização para assumir os trabalhos, iniciando a audiência pública, sob a Presidência do Vereador Serginho do Posto. Também estamos recebendo a visita dos alunos do Colégio Católica de Curitiba, dentro do Projeto Políticos Mirins. O SR. PRESIDENTE:- Em nome do Presidente Tico Kuzma fazemos a saudação ao Colégio Católica de Curitiba, UBEC, União Brasileira de Educação Católica. Sejam bem-vindos, os professores estão acompanhando os alunos. Muito obrigado pelas presenças. Convido as Vereadoras Indiara Barbosa, Professora Josete, Flávia Francischini para que componham a Mesa. Gostaria de agradecer as presenças. Hoje está conosco (A) a Dra. Aline Bilek Bahr, Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná. Quero de público agradecer a atenção dada ao nosso mandato, quando em 2006 fizemos uma representação contra a empresa Ecovia, empresa que operava a concessão do trecho Paranaguá - Curitiba. A Dra. Aline nos atendeu em diversas audiências, pudemos avançar em algumas melhorias no trecho urbano, no limítrofe de São José dos Pinhais. A época foram diversos promotores,

mas com a Dra. Aline o processo avançou, tivemos êxito, fazendo com que a Ecovia cumprisse algumas adequações. Muito obrigado, Dra. Aline, agradeço à senhora e ao Ministério Público a atenção dada ao nosso mandato. Foi uma representação que ficou entre 2006 e 2019. Nós lutamos para que aquelas adequações fossem realizadas. Também agradecer, já estão presentes aqui conosco a Sra. Daniele Regina dos Santos, Superintendente Executiva da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento do Município de Curitiba; a Sra. Adriane Cristina dos Santos, Diretora de Planejamento do Imap; e o Carlos Kukolj, Diretor de Orçamento da Secretaria de Finanças do Município de Curitiba. Também agradecer aos membros da Comissão de Economia e Finanças desta Casa, que é composta por este Vereador, Presidente; pela Vereadora Indiara Barbosa, nossa Vice-Presidente; pela Vereadora Flávia Francischini; pela Vereadora Professora Josete; pelo Vereador Hernani; pelo Vereador Tito Zeglin; pelo Vereador João da 5 Irmãos; pelo Vereador Osias Moraes; e pelo Vereador Jornalista Márcio Barros. Declaro aberta a Audiência Pública da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, prevista para a fase de discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023. Conforme determina o Art. 48 Parágrafo 1º, Inciso I da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e o Art. 44 da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, Estatuto das Cidades. Quero de imediato passar à leitura do Edital de Abertura da Consulta Pública e a realização da audiência. Solicito à Vereadora Indiara Barbosa que faça a leitura. A Sra. Indiara Barbosa:- (Lê) Edital de Audiência Pública. Consulta Pública e Audiência, fase de discussão do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias de 2023. O Presidente da Comissão Permanente de Economia, Finanças e Fiscalização, no uso de suas atribuições legais, torna público a convocação de consulta pública, debate e audiência da fase de discussão da Proposição nº 013.00006.2022, Projeto de Lei que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para 2023 e dá outras providências. Previsto no Inciso I, Parágrafo 1º do Art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e Art. 44 da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, Estatuto da Cidade, conforme o que segue: Consulta pública de 14 a 24 de maio na internet, disponível pelo site www.ctba.pr.leg.br, de 16 a 20 de maio, presencial nas administrações regionais; e a audiência pública, na data de hoje, 1º de junho de 2022, às 9h. em Sessão Plenária presencial. Vereador Sergio Balaguer, Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Palácio Rio Branco, 13 de maio de 2022. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Vereadora Indiara Barbosa. Também o edital teve a abertura e a convocação para esta audiência e também foi publicado no Diário da Câmara nº 10.666 de 25 de maio de 2022, também no Diário do Município nº 91 de 13 de maio de 2022. Ainda foi comunicado à imprensa a divulgação desta audiência pública, foi enviado para todos os jornais, rádios e televisões com sede ou sucursal em nossa cidade. Nós vamos manter a mesma dinâmica das audiências públicas. Esta audiência terá a duração de duas horas, com início às 9h52min e término às 11h52min. O primeiro roteiro será a apresentação do relatório das consultas públicas realizadas pela Câmara, e no segundo momento fará a explanação a Sra. Daniele Regina dos Santos, Superintendente Executiva da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento do Município de Curitiba. Na sequência faremos a concessão a questionamentos, comentários e sugestões que obedecerão a seguinte ordem: os Vereadores que compõem a Comissão de Economia; na sequência os demais Vereadores, os demais participantes que podem se manifestar, aos que estiverem presentes pedimos que essas manifestações sejam feitas em papeletas que serão disponibilizadas na recepção do Plenário pela equipe do Cerimonial; e os que acompanham a Sessão virtualmente podem se manifestar por meio do e-mail da Comissão de Economia comissao.economia@cmc.pr.gov.br que vai ficar na tela. Pois bem, passamos agora à apresentação do relatório da consulta pública da Câmara Municipal de Curitiba. (Slides) Orçamento de Curitiba para 2023. Resultado da Consulta Pública ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO, Proposição nº 013.00006.2022. A Câmara Municipal de Curitiba realizou as

consultas. Conceito da LDO. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023 que define as metas e prioridades, bem como, as regras para a elaboração, organização e execução do orçamento de Curitiba para o próximo ano. A estimativa está numa previsão orçamentária de nove bilhões e setecentos milhões de reais, este é o montante que Curitiba estima para o seu orçamento em 2023 e que consta na LDO, um crescimento de aproximadamente 1,26% em relação ao ano anterior. Também um valor de seiscentos e cinquenta e oito milhões de reais, é o valor que a capital espera contar para realizar investimentos. Aqui nós temos o Marco Legal da Consulta Pública. A gestão orçamentária participativa é prevista em lei; Estatuto da Cidade, como eu havia dito, Lei 10.257 de 2001, Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101 de 2000. Aqui nós temos a Informação e Cidadania, o empoderamento da população acerca das leis orçamentárias, em que tiveram a participação direta; transparência na tramitação do projeto; a disponibilização da página Orçamento da Cidade; criação do Hotsite da LDO 2023. Tudo isto elaborado pela equipe de Comunicação da Câmara Municipal e também pelos servidores que compõem e assessoram a Comissão Permanente de Economia e Finanças desta Casa. Faço aqui meus agradecimentos a estas equipes, bem como, ao todo de servidores que permanentemente ajudam na administração da Casa e às assessorias. Também foi feita a divulgação exclusivamente on-line entre os dias 13 e 24 de maio, nas redes sociais a utilização do Facebook, Instagram, Twitter e Tik Tok; no site da Câmara, o banner na página inicial do hotsite e notícias publicadas no site e distribuídas à imprensa; nas redes foram dez publicações divulgadas nos perfis oficiais da Câmara Municipal, têm alguns exemplos que os senhores e senhoras podem ver. As reportagens. Foram três matérias divulgadas no site da Câmara Municipal e distribuídas à imprensa. Aqui ao lado estão as observações quanto ao orçamento, também a chamada consulta pública e o resultado da consulta pública. Aqui a repercussão que a imprensa ajudou a divulgar, feita através de vinte e quatro inserções publicadas pela imprensa sobre o projeto de lei LDO, exemplo das redes Ricmais que destacou que a Câmara abriria a consulta pública de Curitiba; também a Rádio CBN divulgando que a Prefeitura enviou a LDO para a Câmara Municipal. E aqui nos próximos passos, o resultado da consulta pública. Estas foram realizadas entre os dias 14 e 24 de maio de 2022. Total de participantes no canal de contato, foram duzentos e oitenta e quatro, 59% foram nas urnas, 33% no site da câmara e 7% nas redes sociais. Tivemos as participações por regionais. Aqui quero também destacar a presença dos Vereadores que participaram ativamente nos últimos dias. Eu e diversos Vereadores participamos ativamente do processo junto as regionais, principalmente, na consulta da LOA que estava paralelamente acontecendo nas dez regionais. Aqui um destaque para o Bairro Novo com 23,9% de participações, seguido por Cajuru, Boa Vista, Boqueirão, Matriz, Santa Felicidade, Fazendinha, Pinheirinho, CIC e Tatuquara. As áreas mais demandadas, que os participantes sugeriram, foram três áreas prioritárias, que totalizaram setecentos e dez indicações. Obras se destacou em primeiro lugar, seguido por segurança, saúde, transporte, educação, meio ambiente, cultura, assistência social, esporte e lazer, habitação e administração. Obras, segurança e saúde equivalem a 58% das demandas, como o quadro demonstra ao lado, naquele modelo de pizza, obras e segurança, temos 41% em obras, segurança 23,9%, saúde 20,1%, e 14,4% outras. Aqui o destaque para as cinco principais demandas em obras. Sempre, todos os anos, nós percebemos isso, que a solicitação da população continua sendo a implantação de pavimentação asfáltica; em segundo, a manutenção desta pavimentação asfáltica; em terceiro, a melhoria na drenagem para evitar enchentes; a iluminação pública e a construção de calçadas. Estas foram as cinco demandas mais destacadas em obras. Na segurança, as cinco principais demandas: aumentar o número de rondas da Guarda Municipal, ampliar o número de efetivo, a implantação de módulos da Guarda Municipal, ações de prevenção ao uso de drogas e ampliar o sistema de videomonitoramento. Na sequência temos Saúde, as cinco em destaque: **(P)** melhorar os serviços de maneira geral; aumento do número de profissionais nos equipamentos de saúde; aumento na oferta de

consultas médicas; implantação de equipamentos de saúde; ampliação ao atendimento odontológico na rede municipal. Essas foram as que destacamos, dentre outras. Aqui tem a composição da Comissão de Economia, com os membros efetivos. Encerramos nessa primeira fase a apresentação da Câmara e de imediato passo a palavra à Sra. Daniele Regina dos Santos, para que ela faça a apresentação do Executivo Municipal acerca do projeto de lei que está sendo discutido. Na sequência, abriremos para a participação dos Vereadores e demais. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Bom dia a todos. Vamos iniciar com a apresentação por parte da Adriane sobre os dados do Fala Curitiba. Ela vai apresentar pelo IMAP os dados que temos do Fala Curitiba e, na sequência, teremos a LDO. A SRA. ADRIANE CRISTINA DOS SANTOS:- Bom dia aos Vereadores. Como sabemos e a própria Comissão de Economia esclareceu sobre a consulta pública da Câmara, para a composição do orçamento somos obrigados pelo Estatuto da Cidade e pela Lei de Responsabilidade Fiscal a consultar a população para que nos dê sugestões de como montar o orçamento. O caminho que a Prefeitura de Curitiba achou para consultar a população é o programa Fala Curitiba. Desde 2017 estamos evoluindo no formato, buscando chegar o mais próximo possível da população, facilitando o acesso às sugestões que podem ser dadas, e não foi diferente agora neste ano de 2022. A consulta para a LDO do ano que vem se estendeu pelo mês de março inteiro, do dia primeiro ao dia 31, em dois formatos, on-line, através do site do Fala Curitiba, onde as pessoas fazem um breve cadastro e conseguem dar as suas sugestões nas dezesseis políticas públicas que estão previstas e lançamos este ano o Fala Curitiba Móvel. Foram quatro equipes montadas pelo Instituto Municipal de Administração Pública, sendo duas no período da manhã e duas no período da tarde, que percorreram diferentes locais da cidade, permaneciam nesses locais por cerca de três horas, colhendo a participação das pessoas que passavam pelo local ou então até aquelas que tinham sido mobilizadas, através dos administradores regionais. A divulgação de todo esse processo aconteceu com um grande esforço da Secretaria de Comunicação Social, através de cards de divulgação virtual, por local onde o Fala Móvel estaria, cartazes e folders com a explicação do processo. Para além de escutar as sugestões da população, entramos com um trabalho um pouco pedagógico mesmo, de ensinar como que se compõe o orçamento. Existem três leis orçamentárias partindo do PPA para a LDO e para a LOA e que existe um caminho de detalhamento das demandas, para as pessoas entenderem que o pedido detalhado precisa ser só para a LOA, mais para o final do ano e quando tratamos de PPA e LDO estamos falando de coisas um pouquinho mais genéricas. A divulgação também aconteceu neste ano com uma interação um pouco maior com os Conselhos Municipais. Fomos muito demandados no ano passado a respeito da escuta dos Conselhos e eles, de um jeito ou de outro, colocavam que a divulgação não chegava até eles. Então, tivemos a proatividade este ano de avisá-los das datas, através do portal de conselhos do Instituto Municipal de Administração Pública, com e-mail pessoal para os secretários dos Conselhos. Chegamos a fazer, inclusive, uma apresentação um pouquinho mais didática, mais pedagógica, para os conselheiros, para trazê-los também para esse processo do Fala Curitiba. Temos também a repercussão voluntária nos meios de comunicação de TV, a partir do momento em que lançamos o processo, a TV vem conosco para fazer essas reportagens. Na participação on-line, como eu já adiantei, cada cidadão, depois de fazer o seu devido cadastro, pode fazer até cinco opções dentre as dezesseis políticas públicas, no caso aqui havia quinze, mas sempre são dezesseis. Esses dezesseis itens são subdivididos em cinquenta e nove detalhamentos. A pessoa escolhia cinco, marcava o "x" e depois íamos juntando todos esses dados. Pelos formulários do Fala Curitiba Móvel também existia a possibilidade das cinco escolhas nos mesmos cinquenta e nove subitens e atingimos, para a LDO, setenta e dois lugares da cidade. Passamos, dependendo do tamanho da Regional, o número de bairros, oito ou dez vezes, ou nas regionais menores até quatro, cinco vezes, em locais de concentração de público para reunir essa participação. Tivemos, pelos formulários, três mil

seiscentos e trinta e quatro participações. As indicações no geral, juntando a participação do Fala Móvel e on-line, estabelecem o ranking das políticas que são mais indicadas. Um resultado um pouco parecido com a audiência que foi feita aqui pela Câmara, só temos a assistência social despontando na frente, tanto por uma questão de demandas da população, como o total de subitens disponibilizados. Temos uma grande quantidade de subitens disponibilizados e acreditamos que isso também interfira um pouco no resultado, levando a assistência social para cima. Juntando os dois formatos de participação, tivemos sete mil duzentos e cinquenta e duas participações, que juntaram cerca de trinta e quatro mil indicações, porque cada um poderia fazer aproximadamente cinco. Quando estratificamos o resultado por política pública, temos lá obras públicas, quanto mais intensa a cor, maior o número de demandas. Temos obras públicas em quase todas as regionais, foi a primeira demanda levantada, só ficou em segundo lugar no CIC e no Tatuquara e em quinto lugar na Matriz. Na saúde tivemos um segundo lugar ali indicado na Regional do Bairro Novo e um quinto lugar indicado na Regional do Boqueirão. Na segurança aparece em nove das dez regionais. No transporte temos sete das dez regionais que também foram demandadas. Na educação, aparece ali em seis das dez regionais, nas respectivas colocações. Depois vem trânsito, meio ambiente, esporte e lazer, assistência social e habitação. O top dez das indicações que vieram através do Fala Curitiba. Num infográfico rápido, tivemos sete mil duzentos e cinquenta e duas participações, nos cinquenta e nove subtemas que eram passíveis de sugestão; três mil seiscentas e dezessete participações no formato digital e três mil seiscentas e trinta e seis, através das fichas presenciais do Fala Curitiba Móvel. Ali uma participação muito parecida entre os dois canais de comunicação. Ao todo, trinta e quatro mil duzentos e vinte e quatro indicações, em setenta e duas ações do Fala Curitiba Móvel e o ranking que acabei de passar. Essa é a participação que o Fala Curitiba proporcionou para a população para a construção da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023. Vamos com a participação da Secretaria de Finanças agora.

O SR. PRESIDENTE:- Nessa segunda fase, a Sra. Daniele Regina fará a apresentação da LDO. Agradeço a Adriane Cristina dos Santos pela apresentação do Fala Curitiba. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Então, continuamos com a apresentação. Num primeiro momento eu vou comentar com vocês, conversamos aqui na apresentação do quadrimestre, falamos um pouquinho sobre uma nova abordagem que vamos fazer no trabalho financeiro do Município, que se trata da implantação de uma política de economia por ciclo positivo. O Secretário comentou isso na audiência. Então, só para termos mais ou menos uma ideia do que estamos falando, como tivemos um primeiro momento no Município, na gestão do Prefeito Rafael Greca sobre a questão de equalizar as questões financeiras e fazer o determinado ajuste fiscal que o Município precisava para equilibrar as suas contas e isso foi feito, nós hoje contamos com espaço de superávit, que toda vez é apresentado na Câmara e uma facilidade maior para lidar com as questões financeiras dentro do Município. Diante desse cenário que nós temos e que já é um cenário que tem se mantido durante alguns exercícios, optou-se por buscar uma política de economia no Município que traga para a cidade os frutos do próprio trabalho que foi desenvolvido junto com a cidade na questão do ajuste fiscal, que vai nos garantir a sustentabilidade financeira do Município no futuro e que promova o desenvolvimento e auxilie no processo de retomada econômica desse momento pós-pandemia. Do que se trata esse encaminhamento sobre uma política de economia? Os entes federativos e os instrumentos econômicos de maneira geral estão muito relacionados aos entes maiores da Federação. A União e o Estado é que possuem uma maior facilidade de instrumentos, um maior rol de instrumentos para que possam intervir nos processos econômicos. Para o município fica relegado um papel de execução, mas não de ação dentro das questões da política econômica, mas o município tem em suas mãos o gasto público e o gasto público economicamente já foi colocado muitas vezes como um indutor do processo de desenvolvimento. Então, o bom gasto público, o gasto público bem feito, auxilia no desenvolvimento da cidade, da economia da cidade e

consequentemente na sustentabilidade futura da cidade. Precisa ser feito um gasto de forma inteligente, checando parâmetros para que consigamos fazer essa indução e garantir a sustentabilidade futura do nosso Município de Curitiba. Na prática o que acontece nos municípios de maneira geral, até pela situação financeira que temos nos nossos municípios Brasil afora, é uma prática que trabalha com o que chamamos de ciclo negativo, uma prática de arrochar sempre no processo de arrecadação de impostos e de reduzir despesas constantemente. Então, colocamos para vocês os efeitos que a prática do ciclo negativo traz dentro do cenário econômico do município e do futuro financeiro do município. A redução de gastos e a quantidade maior de impostos acaba por reduzir recursos disponíveis na própria economia da cidade, gerando uma menor atividade econômica, o corte constante de despesas gera uma menor atividade econômica e com isso menos empregos, menos renda e por conseguinte menos arrecadação e novamente entramos no ciclo com a necessidade de fazer redução de gastos. Isso induz o município a uma alternativa difícil da economia, acabamos por induzir um movimento negativo no processo econômico. A ideia é justamente trabalhar a inversão disso, é trabalhar o gasto no ciclo positivo. Como possuímos um superávit, então tanto no gasto orçamentário normal, quanto no gasto do superávit, a ideia é que ampliemos e adiantemos os gastos do Município, que trabalhemos com mais isenções pontuais, aumentando os recursos disponíveis no mercado, ampliando a atividade econômica, gerando e estimulando o aumento do emprego, ampliando a renda e com isso acabamos por ampliar a arrecadação. Ampliar as ações do Governo também na ponta, ampliar investimentos e isso conduz a uma ampliação da própria arrecadação do Município. É um movimento que reverbera economicamente no sentido de fazer o Município desenvolver. A lógica de trabalho é essa. Como se dá o processo na prática? Todo trabalho de gastos está baseado no processo de trabalho que contratamos, (C) no custo desse processo e no resultado que possuímos. O trabalho será pautado em mexer nesses processos de trabalho visando ou a redução de custos ou a ampliação de resultados ou os dois. É atualizar a forma de fazer. O resultado disso sempre tem que ser um custo unitário menor, uma redução do custo unitário ou uma ampliação da ação finalística. De fato, nós vamos trabalhar com a redução desse custo unitário que ele vai demonstrar - ou amplia o seu resultado ou efetivamente reduz o custo. A ideia é que possamos, de forma inteligente, reduzir a despesa administrativa e ampliar os recursos disponíveis para investimentos e das despesas diretas de ação para a população. Esse é o trabalho que nós estamos iniciando. Já começamos, começamos com ações maiores, por exemplo, a ampliação dos precatórios, o Secretário deixou claro aqui; a antecipação desses precatórios, que normalmente eram pagos no mês de dezembro, porque se buscava reunir os recursos durante o exercício, o que nos trouxe uma economia de dez, doze milhões de reais, porque os precatórios na justiça são corrigidos mês a mês. Como nós não conseguimos obter um rendimento de aplicação que seja compatível com o processo inflacionário, sempre é vantajoso que consigamos adiantar. Como dispomos do recurso, estamos adiantando. Fizemos isso com a antecipação em décimo terceiro, fizemos isso com a antecipação da lei das licenças prêmios dos aposentados, estamos trabalhando isso para a licença prêmio dos ativos. Todas essas ações visam trabalhar recursos na economia, disponibilizar recursos na economia e, de certa forma, também trabalhar a economia na Prefeitura com a antecipação desses valores, porque todas essas antecipações acabam por gerar economia nos nossos processos internos. Visto isso, só para clarear, vamos ao projeto de lei. Bom, como já sabemos, o primeiro artigo que nós temos no projeto de lei traz justamente os seus capítulos, quais serão os capítulos que o projeto vai dispor. A Lei de Diretrizes vem no sentido de trabalhar realmente mais a questão ampla do orçamento, como será, quais são as regras, como é que nós vamos disponibilizar as informações para vocês, e uma informação também ampla ainda de receita e de despesa. Não é um projeto detalhado que nós temos no orçamento, mas ele nos traz essas ampliações. A estrutura. Vamos passar rapidamente pela estrutura. O Capítulo I é o das metas e prioridades da administração. Ele abrange os Art. 2º e 3º do projeto, os quais dispõem sobre as

metas e prioridades da administração. Isso está em um anexo. Um anexo é colocado onde estão colocadas as metas por função de governo, as metas que teremos, função e subfunção. Também no Art. 3º colocamos as metas fiscais, que também estão constando no Anexo II. Vamos ver para frente um pouquinho porque as metas fiscais discorrem de uma quantidade maior de informações. O Capítulo II fala da organização da estrutura do nosso orçamento - os Arts. 4º ao 18 estabelecem a organização e a estrutura onde expõem os conceitos básicos, a classificação, os anexos e o comportamento da receita e da despesa. É nesse capítulo que vamos entender como se coloca o orçamento. Quem vai ter a experiência de ler o orçamento pela primeira vez, esse capítulo permite que se consiga entender o processo orçamentário, as codificações e as colocações orçamentárias. Ele descreve quais são essas codificações e esses processos. O Capítulo III fala da reserva de contingência, dos Arts. 19 ao 21 dispõem sobre sua constituição, utilização e limite. A reserva de contingência é 0,5% da receita corrente líquida. É determinada pela LRF. Inclusive a sua utilização também fica determinada pela LRF. Ela ainda pode ser usada conforme estamos discorrendo dentro da proposta para créditos e emendas. A reserva também poderá ser utilizada para que possamos indicar para contrapartida de eventuais convênios que nós vamos firmar. Depois, esse recurso é retirado da reserva e colocado em dotação específica. Tudo isso está colocado no capítulo. O Capítulo IV - das diretrizes gerais para a elaboração da execução do orçamento. Aí sim vem a parte mais longa, os Arts. 22 ao 43 que estabelecem as diretrizes gerais para a elaboração e execução do orçamento e as alterações, alocação de recursos, as regras de controle e avaliação dos resultados do plano de governo que fazem parte do Plano Plurianual, a transparência da gestão fiscal quanto a publicação dos atos do Poder Público. Aqui nós temos os artigos que demonstram a prática e a execução do orçamento. O artigo que fala sobre a limitação de empenhos, se não tivermos arrecadação suficiente como é que nós fazemos essas alterações. É um artigo mais de prática e execução do processo orçamentário. O Capítulo V fala dos créditos suplementares, especiais e outros - os Arts. 44 ao 47 estabelecem as disposições relativas à abertura, reabertura e execução de créditos suplementares e especiais. No Capítulo VI nós falamos das transferências públicas, como se deram as transferências públicas do município de maneira geral. Nós trabalhamos aqui as questões de subvenções, já determina que nós tenhamos abertura para as subvenções da educação, da saúde, da ação social, e já autoriza o repasse de recursos para FEAS, para a CuritibaPrev, para a PPP da iluminação pública, para o ICS, inclusive este ano nós colocamos o ICS e o transporte público já nas regras. Estão previstos dentro desse artigo, dessas transferências. No Capítulo VII falamos dos ajustamentos do Plano Plurianual - vai dos Arts. 62 ao 65 onde fazemos os ajustes que são necessários para adequar as leis que devem conversar entre si. Como são sempre leis de previsão, existem alguns ajustes que podem ser feitos entre elas. No Capítulo VIII temos as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais - dos Arts. 66 ao 70 estabelecem as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais, e a política de pessoal. Nesse capítulo estamos colocando previsão da possibilidade de reajuste, dentro do Art. 68, e tem a previsão da possibilidade de outras concessões. Tudo isso está vinculado a apuração dos limites e as disponibilidades orçamentárias e financeiras, mas há previsão para as duas questões dentro desse capítulo. O Capítulo IX, das disposições sobre a legislação tributária do município - Arts. 71 e 72 que estabelecem as disposições gerais sobre a legislação tributária do município e demonstram a política quanto aos tributos. Nesse Capítulo IX estamos prevendo que o ano que vem haverá a possibilidade de desconto de até 10%, para pagamento à vista, de IPTU, lixo e o ISS fixo. Dispõe-se ali que existe a possibilidade. Já fica uma margem para que depois possamos ajustar os valores. O Capítulo X - das disposições gerais, dos Arts. 73 ao 91 trabalham questões de temas gerais. Ajuste de metas, a publicação do quadro de detalhamento de despesa, o pagamento do Pasp, as regras do um doze avos em caso de não aprovação do processo orçamentário. Os anexos que são colocados dentro da proposta. Está primeiro o

anexo de prioridades, metas da administração. No final nós vamos mostrar para vocês as prioridades estabelecidas em investimentos. É um anexo longo que vai demonstrar todas as prioridades que nós temos dentro do município e que depois serão base para a montagem das ações orçamentárias. No Anexo II nós temos um anexo de metas e riscos fiscais, que é um anexo mais detalhado que vocês receberão nesse momento dessa lei. Ali está o anexo das metas anuais; a avaliação das metas relativas a 2021; as metas fiscais comparadas e fixadas nos três exercícios anteriores; a evolução do patrimônio líquido; a origem e aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos; a avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, tem uma longa avaliação colocada; estimativa e compensação das renúncias de receita; a margem de expansão de despesa obrigatória continuada; demonstrativos fiscais e providências. Além dali, no Anexo III nós temos projetos que estão em andamento. Tudo isso compõe o nosso projeto de lei. Aqui temos a previsão da receita. Primeiro, nós colocamos um quadro em que estabelecemos quais foram os critérios utilizados para essa previsão de receita. Sempre utilizamos muito a base do boletim FOCUS, do Banco Central, que nos dá a base da projeção para os próximos exercícios. É nessa base que trabalhamos. Temos visto que na realização mesmo, os índices realizados têm ficado muito acima do que nós temos de projeção. Vamos ver se este ano, ainda com um pouco de instabilidade, conseguimos ter valores mais tranquilos. Essa é a receita com que vamos trabalhar no próximo exercício. Encaminhamos na LDO. Para o orçamento já devemos ter algumas modificações em função dessa inconstância dos índices que nós estamos aplicando, então deve ter algum tipo de ajuste. São onze bilhões de reais que nós vamos ter, dos quais, do orçamento líquido mesmo que conta sem as receitas intraorçamentárias que acabam por contar quando reentram nos órgãos do próprio município, nove, setecentos e dez. Trabalharemos com nove, setecentos e dez para a execução dos serviços do município. Nessa parte nós temos nove bilhões, cento e setenta e seis milhões em receitas correntes, e quinhentos e trinta e três, vírgula, cinco em receitas de capital. Vamos detalhar um pouquinho para frente para podermos discorrer. No gráfico já está mostrando quais são as receitas multigovernamentais, que temos em torno de 8%; operações de crédito, a entrada de 4%; as transferências da União em torno de 15%; do Estado 13%; as transferências de pessoa jurídica e pessoa física 0,4%; e as transferências municipais, o nosso Município ainda resguarda a arrecadação do Município como sendo a sua principal fonte de recurso, 57,9%. Isso por quê? Cada vez está ficando maior isso. É não é o fato de que nós avançamos na receita do Município, ela tem o crescimento normal que lhe cabe, mas porque as transferências passam a ser cada vez menores. As transferências que nós estamos recebendo passam a ter peso cada vez menor dentro dos nossos orçamentos. Aqui as receitas correntes municipais. E aqui temos o ISS, com a dívida ativa do ISS e dos juros, em torno de um bilhão, setecentos e noventa e dois milhões; o IPTU, um bilhão, cento e noventa e cinco; o ITBI, e as demais. Não vamos citar todos para que não percamos muito tempo. Fechando então as nossas receitas municipais na ordem de cinco bilhões quinhentos e setenta e sete milhões. Temos uma mudança legal que saiu agora, recente até, sobre o imposto de renda retido na fonte. Devemos ter algum tipo de alteração aqui para o orçamento porque alterou-se a norma para a retenção. Temos um quadro que demonstra como é o crescimento, como é o andamento dessas receitas no tempo. Temos o ISS, que tem crescido, demonstra um crescimento como nós não temos alterações em alíquotas, temos uma movimentação do ISS que demonstra o que nós temos de temperatura no mercado. Temos o IPTU, que também vem crescendo. Temos tido aquela correção, então o IPTU vem crescendo historicamente. E as demais, que se mantém basicamente dentro daquilo que normalmente se tem de projeção. O ITBI varia muito de acordo com o mercado, então eventualmente em alguns anos o ITBI acaba se destacando. As receitas correntes. Temos o Fundo de Participação dos Municípios, (M) com quatrocentos e vinte e cinco milhões; o Sistema Único de Saúde, novecentos e trinta e dois milhões; o Fundo Nacional de Assistência Social, quatorze milhões; o FNDE, que nos repassa setenta e cinco

milhões; outros convênios, em torno de doze milhões; num total de um bilhão quatrocentos e sessenta milhões de reais as transferências que vêm da União. Teremos algumas modificações, que ainda não estão sedimentadas, para o ano que vem, principalmente dentro do FNDE, FPM, em função das alterações, que nós temos previsão, que vão acontecer com o ICMS; já estão sendo aprovadas no âmbito da União. Receitas correntes, que são as transferências do Estado, aqui nós podemos ter a maior dificuldade para o ano que vem. Então, temos uma previsão para o ICMS de setecentos e treze milhões de reais para o ano que vem. Porém, tivemos a aprovação do PLP, no Congresso, que reduz a alíquota do ICMS sobre combustíveis de 29 para 17%. E só isso deverá ter um impacto no Município, de redução, em torno de cem a cento e quatro milhões de reais. E temos também a Emenda Constitucional 108, que fala sobre a repartição. Essa emenda está em discussão na Assembleia, e nós, inclusive, estaremos na Assembleia na segunda-feira conversando com alguns deputados. Porque a forma como será feita essa repartição aqui pode tirar do Município de Curitiba até duzentos e sessenta milhões de reais. Então, se contarmos as duas alterações legais dentro do ICMS, podemos perder, para o ano seguinte, trezentos e sessenta milhões de reais. Portanto, desses setecentos e treze milhões, temos aí uma possibilidade de reduzir trezentos e sessenta milhões de reais de recursos. Isso tem um impacto enorme dentro do orçamento, porque o ICMS também é base do Fundeb. Então, também deve reduzir os valores a serem repassados dentro do Fundeb. Nós temos ainda, de repasses do Estado, o IPVA e o IPI, além dos programas de saúde, fechando em um bilhão trezentos e quatorze. Outras transferências correntes, aí nós temos o Fundeb, que também deve ter um impacto. Embora o Fundeb tenha ampliado bastante, em forma das novas regras, se tivermos uma redução significativa do ICMS, como o ICMS é parte formadora do Fundeb, também teremos uma redução muito significativa dos recursos dentro do Fundeb. Sabemos a dificuldade e o quanto, na nossa economia, é problema a questão do preço do combustível, mas é preciso sempre também olhar que existe um outro lado; e vamos ter que lidar com esse outro lado, que é a redução dos recursos que serão disponibilizados, inclusive para essas áreas, como saúde e educação, onde o ICMS é formador dos fundos. Aqui é a redução, aqui nós demonstramos a redução que temos tido desses repasses, que são repasses constitucionais. Então, o ICMS já caiu bastante, gente, nós já temos recebido muito menos. E por que isso se dá? É porque Curitiba perdeu a importância? Não. Isso se dá, efetivamente, porque, no ICMS, são criadas regras de repartição. Então, hoje, do valor que chega para o Estado, o Estado fica com 75%, nós ficamos com 25%, que são repartidos entre os municípios. Desses 25%, 75% são repartidos com base no valor econômico, no peso econômico que o Município tem, e os outros 25% são uma série de emendas que são determinadas pela Assembleia, na parte da repartição. E, nesses 25%, o Município vem perdendo cada vez mais, porque as emendas têm sempre buscado trabalhar com as questões agrícolas, rurais, e o Município acaba por perder quando se chega nessas ponderações. Na nova regra, dos 75% que nós tínhamos, nós passamos a ter 65%, e os demais serão destinados a essas emendas, sendo que 16%, pelo menos, disso, sejam focados dentro da questão da educação. Mas até o momento não se definiu qual é a regra que vamos utilizar para a educação. Então, essa é a nossa dificuldade. Se não conseguirmos realmente equilibrar a questão dos repasses dentro da educação, poderemos ter uma perda muito significativa. E assim tem sido, historicamente, a nossa resposta quando se trata de ICMS. Nós estamos diminuindo, diminuindo cada vez mais a participação da Capital, que, queira ou não, tem um peso econômico muito significativo dentro do Estado. E se isso nos garantisse, pelo menos, que o fato de estar diminuindo o ICMS em Curitiba significasse que nós estamos descentralizando os serviços, levando desenvolvimento para o interior do Estado, até não seria um problema significativo. Mas o que nós vemos é justamente o contrário, nós estamos perdendo o recurso e ampliando os serviços da Capital frente às necessidades que o Estado tem. Isso acontece muito na saúde. Isso acontece na ação social. Isso acontece na educação. Nós recebemos uma demanda contínua e constante dos municípios do

interior para serem atendidos dentro da Capital. Então, nós estamos perdendo o recurso, mas o serviço continua e está ampliando dentro do Município. As receitas de capital, que nós temos previsão para o exercício do ano que vem: o Finisa, que é infraestrutura e saneamento, doze milhões; o PMAT, vinte e nove milhões; a AFD, o nosso empréstimo com a AFD, oitenta e cinco milhões; o BID, cento e cinquenta milhões; e o NDB, cento e treze milhões; fechando em trezentos e noventa e um milhões as operações de crédito. Esse recurso é uma previsão conforme tenhamos a previsão de demanda das obras, ele se realiza à medida que as obras vão se realizando. Porque ele entra na medida que... Por isso que, às vezes, você tem uma realização que não bate exatamente com o que tínhamos previsto no orçamento. Então, estamos trabalhando com previsão; obra com previsão é sempre uma coisa complexa. Da mesma forma, temos as transferências de capital, é a mesma coisa: o PAC 2, que é a Linha Verde, o BRT e o Inter II; o Ministério das Cidades e os convênios com o Estado. A dificuldade que nós temos muitas vezes aqui é não só de fazer as obras, também esses recursos dependem da movimentação das obras, mas de conseguir as liberações federais. Então, às vezes, temos obras que não andam porque a liberação federal não anda. Chegamos, inclusive, em algumas questões, a trocar a receita de algumas obras, para evitar de ficarem paradas. Outras receitas de capital: a Cepac, da Linha Verde, uma previsão de cinco milhões; os depósitos judiciais, quinze milhões; o potencial construtivo, quatorze milhões; as Outorgas Onerosas do Direito de Construir, dezoito milhões; e as transferências do direito de construir, oitocentos e cinquenta mil, fechando um valor de cinquenta e três milhões de reais. Então, as nossas receitas seriam essas. As nossas despesas, da mesma forma, ainda é uma previsão geral de despesas que teremos. Então, nós temos as despesas correntes, nove bilhões; a reserva de contingência, em torno de oitenta e nove milhões; e as despesas de capital, um bilhão duzentos e doze. Pessoal e encargos fica com um valor de cinco bilhões quinhentos e noventa e seis, é a previsão para o próximo exercício; os juros e encargos da dívida, em torno de cento e nove milhões; e as outras despesas de custeio, quatro bilhões e vinte e três. Os investimentos, nós chegamos na ordem de seiscentos e cinquenta e oito milhões; as inversões financeiras, duzentos e dezoito milhões; e amortização da dívida, trezentos e trinta e cinco milhões. Aqui é um quadro que demonstra que a despesa de pessoal e encargos fica em torno de 50,71% do orçamento. Não é o índice que nós temos lá para verificação, a composição é diferente, esse aqui é um índice geral sobre o orçamento. As outras despesas correntes ficam em torno 36,47%; os investimentos chegam em 5,97%; e as demais ainda ali. Nesse quadro, mostramos essas despesas e a sua evolução histórica, que nós temos uma história recente: o pessoal e encargos; a questão das despesas correntes, que se mostra em amarelinho ali; e as despesas de investimento. Nós podemos ver que, nos anos de 2020 e 2021, e ainda neste ano, temos uma projeção maior de despesas correntes. Tivemos a suplementação de muitos recursos destinados ao combate da Covid, que acabaram por também mexer nessas projeções. Aqui, o serviço da dívida. Nós temos aqui as dívidas também num cenário histórico: amortização da dívida e juros e encargos da dívida. A amortização está ali naquela cor mais escura, e os juros e encargos em cinza. Para 2023, você tem uma ampliação ali da amortização da dívida, porque nós começamos a trabalhar a questão das licenças-prêmios, principalmente as licenças-prêmios dos ativos, conforme foi aprovado. Então, passamos a tratar isso também. Os precatórios também, o valor aprovado dos precatórios, que deve vir um pouco superior ao que nós temos. E as operações em execução, que começam também a ganhar fôlego as obras, e, portanto, nós também buscamos os recursos dessas operações, e já temos que remunerar essa amortização de uma forma mais consistente. Aqui, nós temos o demonstrativo do resultado primário, é sempre complexo o entendimento do resultado primário. É um demonstrativo que é histórico. Nesse quadro, parece-me que ficou faltando os valores abaixo da linha ali. Nós temos, no azul, a receita primária total; no laranja, a despesa primária total; e embaixo, aquele tracinho, vai mostrando o que chamamos de resultado primário acima da linha. Nós temos acima da linha, abaixo da linha e abaixo da linha

equalizado, alguma coisa assim. São três tipos de resultado primário que se mostram. Mas esse aqui, que nos é solicitado legalmente, é o resultado primário acima da linha. E aqui o que que é? Deixa eu pegar aqui para não me perder. Nós temos as despesas de pagamento, as despesas para pagamento, e as receitas com arrecadação. Então, o que você tem dentro disso aqui, por isso que ele se demonstra de uma forma negativa e positiva. A primeira, que é a receita primária total, exclui da receita os valores de operação de crédito e de aplicação financeira, que são valores significativos. Por isso que você tem uma receita que aparece maior. E a despesa primária exclui juros e amortização da dívida, que são valores que ficam um pouco menores. Então, temos essa discrepância, que nos demonstra um resultado negativo na projeção. Na execução, ele se reflete positivo, e nós acabamos com o resultado sempre positivo na execução, que tem dado base aos nossos superávits. Por isso que nós temos as projeções para 2023 ainda negativas. Porque, como nós usamos as despesas feitas efetivamente pagas e as receitas que são efetivamente arrecadadas, você tem uma diferença, a arrecadação acaba por ser maior do que a despesa. Se nós utilizássemos essencialmente as despesas empenhadas, talvez fosse menor a diferença. Mas, como a regra é para utilização da despesa paga, isso se demonstra dessa forma. É um deles só, né? Nós temos mais dois ainda que são acompanhados. É importante acho que voltarmos sempre a falar dos aportes do Regime Próprio de Previdência Social, quanto às suas projeções, o quanto ele vem crescendo. E, por isso, temos dado tanta importância ao trabalho com essa despesa, para que não deixemos isso fugir do controle. Nós sabemos que temos um período onde essa despesa será bem significativa, enquanto fazemos essa montagem do fundo, mas é um período necessário. Nós temos procurado mantê-la dentro de um limite que seja exequível, que esteja dentro do orçamento, para que não tenhamos mais necessidades, como nós tivemos em alguns anos anteriores. Essa despesa cresce para o exercício de 2023. Ela cresce principalmente porque houve ajustes inflacionários da base de salários, e isso vai acabar por criar ampliações e reflexos na previdência também. Esse gráfico é um comparativo da dívida bruta. Então, na linha de cima, você tem a dívida consolidada bruta, e na linha de baixo nós temos, na linha clara, a dívida consolidada líquida. A diferença entre elas o que que é? A disponibilidade financeira que nós temos, a nossa disponibilidade de caixa, então, quanto nós temos de recursos para quitar essas dívidas. Por isso que vamos ver que, até 2016, as duas eram muito próximas. A pouca existência de disponibilidade de caixa deixava os valores muito próximos. A partir de 2016, quando conseguimos fazer o processo de geração de superávits mais significativos, a distância entre elas passa a ser muito maior. Até que nós temos, em 2021... Em 2018, começamos a ter resultados negativos na dívida líquida, o que significa que nós temos disponibilidade de caixa para arcar com toda a dívida que nós possuímos. Por isso, os valores passam a ser negativos, **(L)** E nós temos uma queda significativa dos valores de dívida líquida. Certo? Vamos falar um pouquinho aqui das obras e dos investimentos que estão previstos. Nos recursos do Tesouro, aqui desconfigurou um pouquinho, nós temos cento e vinte e oito milhões duzentos e cinquenta mil, e com os recursos das outras fontes, principalmente as operações de crédito, quinhentos e vinte e nove milhões, que nos coloca um orçamento, em torno de 6% do nosso orçamento, seiscentos e cinquenta e oito milhões de reais. Aqui tem o quadro do que está sendo destaque nessas informações sobre investimentos. Vamos discorrer rapidamente, porque isso sempre gera grande interesse. Temos lá a questão do PAC Linha Verde Norte e Sul, complementação da Linha Verde, extensão Norte e Sul; a linha Inter 2; o BRT Leste-Oeste, o aumento da capacidade do BRT; a gestão de riscos climáticos, nós temos a promoção lá do desenvolvimento. A drenagem, cinco bacias, questão do PAC, vamos continuar, Barigui, Belém, Atuba, Iguaçu e Ribeirão dos Padilhas. E no Finisa, nós também temos uma série de ações previstas. Temos ainda o Convênio da SEIL, com recursos primordialmente na pavimentação. Temos o PMAT, com as implantações que alteram e melhoram os sistemas administrativos e nós temos a construção de uma Rua da Cidadania, da CIC. No Meio Ambiente nós temos onze

áreas de lazer, a implantação ou revitalização de onze áreas de lazer; três de parques e bosques, temos três revitalizações, três implantações; o horto municipal, nós temos duas revitalizações; ecopontos, nós temos três implantações previstas; cemitérios municipais, nós temos cinco melhorias para serem realizadas; o Zoológico, Jardim Botânico, Passeio Público, vamos fazer a manutenção desses quatro próprios; o Museu de História Nacional, nós temos uma implantação lá também para ser feita; o novo Museu de História Natural, inicia-se o processo, é uma obra longa, significativa, mas se inicia o ano que vem. A geração de energias renováveis, nós temos mais dois projetos que serão implantados; o consórcio do lixo, nós temos a gestão a ser feita dessa questão do consórcio; hospital veterinário, a implantação de um hospital veterinário. Temos o Programa Caminhar Melhor, que é a previsão de dez quilômetros de calçada e dez quilômetros de infraestrutura cicloviária. Nós temos a pavimentação alternativa, que vai continuar o programa; as obras de circulação viária, de fresa, recape e reciclagem, também tem a sua continuidade. A iluminação pública, seis quilômetros, e PPP da iluminação pública nós iremos fazer o lançamento semana que vem na bolsa. Drenagem e saneamento, nós temos o programa de drenagem, que vamos dar continuidade, principalmente a parte de renovação. Na Saúde, três reformas ou ampliação e quatro construções. Na Assistência Social temos vinte e quatro reformas e adaptações. Espaços culturais, cinco reformas e ampliação, e acho que tem uma aqui, uma revitalização. No Turismo são três revitalizações. No Abastecimento temos duas construções ou requalificações, e quatro reformas. Esporte e Lazer nós também teremos duas reformas e quatro construções ou ampliações. Na Segurança nós temos uma reforma e duas construções. Na Educação, a previsão é para construção de um CMEI, duas reformas, reforma de doze escolas e construção de uma escola. Nós temos três quadras cobertas para serem feitas ano que vem, dois Faróis do Saber e Inovação, duas implantações de CMAEE. O Centro de Apoio Estratégico Educacional nós teremos uma implantação. O Centro de Logística nós teremos uma implantação. Habitação e Interesse, está clarinho ali, está difícil de ver, são cinco projetos de urbanização e regularização de assentamentos precários, três projetos de obra de habitação e infraestrutura e oito projetos que vão sair pelo Fundo de Habitação. E a Circulação e Trânsito, são duzentas e dezessete intervenções que estão previstas. Então, são os destaques que nós temos dessas questões. Ainda não estão aqui pormenorizados os locais, esse detalhamento vem na LOA. Colocar que nós ainda temos um relatório muito significativo e extenso sobre as ações, as metas com a criança e o adolescente, o OCA, isso está colocado no site da Prefeitura lá. Se você vai na página transparência, orçamentos, procura a LDO, nós temos o relatório lá, é um relatório significativo, então, está à disposição, também, para que vocês possam olhar. As metas fiscais, os anexos das metas fiscais, então, colocamos aqui que a receita total que nós temos é de onze bilhões e trinta milhões, a receita primária é oito, essa receita primária é aquela onde tiramos as operações de crédito e as aplicações financeiras, a despesa total equilibrada é de onze bilhões e trinta milhões, essa despesa primária é a despesa onde tiramos juros e amortização, então, vocês podem ver que a receita primária fica menor, porque o valor que nós temos de operação de crédito, de aplicação, é um valor mais significativo do que aquele que pagamos de juros e amortização de dívida. Normalmente, a entrada dessas receitas é feita em pouco espaço de tempo, e a saída para amortização em longo prazo, então, por isso que nós temos uma diferença aqui. O resultado primário que nós temos é o resultado negativo de trezentos e cinquenta e nove milhões novecentos e sete mil, e o resultado nominal trezentos e doze milhões setecentos e cinquenta e quatro, a diferença aqui entre eles é a retirada da amortização. Ok? Esses são os critérios que chamamos de Acima da Linha. Se vocês compararem com os relatórios de balanço que são publicados, os balanços fiscais orçamentários, esse cálculo fica bastante elucidado lá. Da nossa parte, Presidente, era o que tínhamos. O SR. PRESIDENTE:- Agradeço à Sra. Daniele Regina dos Santos, Superintendente Executiva da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento do Município de Curitiba. Nesta fase agora, nós passaremos às perguntas e às

participações que chegarem pelo e-mail, ou Vereadores que desejarem fazer os questionamentos. Mas eu vou fazer uma exceção, antes da participação dos Vereadores e da comunidade, está conosco a Dra. Aline Bilek Bahr, Promotora de Justiça do Ministério Público do Paraná, que gostaria de fazer alguns questionamentos e uma fala da sua Promotoria, que é de Habitação e Urbanismo do Ministério Público. Então, nesse momento passo a palavra para que a Dra. Aline participe com as suas considerações e questionamentos. A SRA. ALINE BILEK BAHR:- Bom dia a todos, Exmos. Srs. Vereadores desta Casa de Leis, Vereador Serginho do Posto, representantes da Prefeitura de Curitiba, demais integrantes da Mesa e presentes, também, a esse ato. Inicialmente, gostaria de esclarecer que participo dessa audiência pública como representante do Ministério Público do Estado do Paraná, sou titular da Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo da Cidade de Curitiba, e também coordeno o Núcleo de Habitação e Urbanismo do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo, Núcleo Habitação e Urbanismo. Ao longo desses dezesseis anos à frente da Promotoria de Justiça, observei que não se dá a devida prioridade orçamentária em matéria de habitação. E isso é muito preocupante, porque surte efeitos devastadores. E eu vou explicar o porquê. O Ministério Público, como defensor da sociedade, do regime democrático, não poderia deixar de registrar a irresignação com a pouca participação orçamentária em matéria de habitação. Quando pensamos em habitação em Curitiba, existe um déficit habitacional quantitativo e qualitativo. E dois segmentos se abrem diante disso, que é a produção habitacional e a regularização fundiária. Para o primeiro, o maior problema que nós identificamos é que o Município de Curitiba não tem orçamento próprio e suficiente para estruturação e ações voltadas à construção de moradias destinadas à população de baixa renda, faixa um, haja vista que necessita de recursos federais para tanto, que também são escassos. Os senhores devem saber que a grande, a extensa fila que nós temos de inscritos na Cohab, pesquisando ali tem mais umas cinquenta mil pessoas que aguardam a realização de um sonho, que é ter a moradia própria, a casa própria. Eu consultei que a mais antiga inscrita é uma pessoa desde 1988, na faixa um. E eu fico pensando, hoje é uma pessoa idosa, significa que ela está há mais de trinta anos, quase quarenta anos aguardando na fila, ansiosamente, por uma casa própria. E isso nos traz assim muita indignação, e esse não é um dos maiores problemas que Curitiba enfrenta em matéria de moradia. No tocante às regularizações fundiárias, o ideal seria que nós não falássemos em regularização fundiária, o ideal é que nós falássemos em planejamento urbano, em fiscalização da ocupação e o uso do solo urbano de maneira que todos pudessem ter acesso à terra urbanizada, mas, infelizmente, esse déficit habitacional, com todos os problemas sociais que vem, nós sabemos que essas pessoas não têm outra alternativa, senão ocupar áreas, especialmente áreas em que o mercado imobiliário não quer. Então, no tocante às regularizações fundiárias, eu fiz umas considerações aqui, há muito a ser feito, tendo em consideração as disposições da Lei 13.465 de 2017, que é a Lei da Reurb, é uma Lei Federal que sequer é aplicada em Curitiba. Portanto, é de suma importância que o orçamento não se concentre apenas no Bairro Caximba e regularizações esparsas, eu falo Projeto Novo da Caximba, porque é um projeto importante que nós também ressaltamos que o envolvimento do Município, a iniciativa do Município de Curitiba nisso vai trazer muito mais dignidade para aquela população, mas o que eu quero destacar é que não é só a regularização fundiária da Caximba, nós temos um território gigante em Curitiba que precisa ter um olhar, um olhar humano, porque o direito à moradia é um direito fundamental, é um direito social previsto na Constituição Federal. Então, o orçamento previsto, o destaque orçamentário para habitação é muito pequeno frente todos esses desafios que enfrentamos diariamente. Então, que a produção não se volte ao público com renda superior, mas que possa contemplar, também, a população de baixa renda, faixa um. A moradia digna implica redução de risco à vida, danos ao meio ambiente e uma política pública mais estruturada, um planejamento urbano que preveja o uso e ocupação do solo de forma ordenada para a dignidade da pessoa humana e para o

crescimento econômico, justiça social, integração das pessoas da cidade formal, porque enquanto nós não pensarmos, realmente, em destinar maiores recursos para habitação, nós vamos continuar aceitando que muitas e muitas pessoas, muitos núcleos urbanos estejam completamente alijados da cidade formal. Por isso que estou aqui, então, para solicitar aos senhores que revejam essa previsão orçamentária em matéria de habitação, que não alcança sequer metade de 1%. E que possa ser equilibrada com a rubrica do Urbanismo, que ganhou especial e maior destaque, muito embora a habitação, como direito fundamental e social, devesse ser melhor considerada no contexto orçamentário. Eram essas as considerações que eu gostaria de fazer, eu agradeço muito essa oportunidade e é uma honra estar aqui e poder participar desse debate com muita seriedade e muito respeito a todos os senhores. Obrigada e um bom dia todos. O SR. PRESIDENTE:- Nós agradecemos a presença da Dra. Aline Bilek, a sua colocação e também questionamentos na área em que atua junto ao Ministério Público do Estado do Paraná. **(K)** Muito obrigado pelas presenças. Observamos que a senhora tem participado das audiências realizadas no Município Curitiba sobre esses temas. Nesse momento eu passo a inscrição para os Vereadores da Comissão de Finanças. Eu vou abrir o bloco e faremos, Daniele, se assim entenderem, blocos de duas perguntas. Mas antes disso, caso queiram fazer uma devolutiva antes das perguntas à Doutora Aline acerca dos seus questionamentos e algumas considerações, de imediato passo a palavra, e na continuidade abriremos para as perguntas dos Vereadores. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- A Dra. Aline já conhece a realidade, inclusive orçamentária, vem atuando no Bairro Novo da Caximba, que é um projeto grandioso. Nós sabemos que a questão da habitação, e a senhora certamente que acompanha também sabe, é extremamente complexa, inclusive operacionalmente, mas acho que esse Governo teve a distinção de buscar algumas alternativas, que certamente ainda não são todas as necessárias para a demanda, nós sempre temos e sempre vamos ter uma demanda maior, mas que inicia um tratamento a essas questões buscando uma forma de garantir um recurso para essas ações. Então, o Bairro Novo da Caximba, que envolve em torno de mil e setecentas famílias, nós vamos trabalhar com mil e setecentas famílias, é uma operação de setecentos e cinquenta milhões de reais, no ano que vem nós temos oitenta e cinco milhões. A complexidade toda de acompanhar, de registrar, de fazer o registro dessas famílias envolvidas e as dificuldades operacionais que envolvem isto está sendo trabalhado, já temos uma primeira licitação que está iniciando, vai se trabalhar bastante naquela questão ambiental também. Então, realmente, é uma ação local para resolver a questão que lá estava colocada. Nós temos a questão da regularidade, realmente, e aí é uma questão mais difícil e mais complexa para trabalhar, inclusive para o Município, nós gostaríamos que fosse uma coisa mais célere, mas também não é fácil. No ano passado nós fizemos algumas alterações dentro do Fundo da Habitação. E o Fundo da Habitação já passou a ter quatro vezes mais recursos do que tinha. Ainda não é um valor significativo, mas ele está se ampliando. Então, nós temos previsão para o ano que vem em torno de vinte milhões dentro desse fundo. Nós começamos a trabalhar esse fundo, quando começamos na gestão tinha em torno de três, quatro milhões de reais, e já estamos trabalhando com vinte milhões. Então, os projetos são voltados dentro do conselho, do fundo, dando prioridade às questões da regularização. Como eu disse são projetos operacionalmente complexos, nem sempre fáceis de se realizar de forma rápida, mas estão acontecendo. Se acompanharmos pelo fundo, temos várias ações dentro das atas do fundo que estão registradas de quais são as ações que serão feitas de regularização. Então, ainda de forma incipiente, mas já com uma indicação de recurso constante iniciamos um trabalho que visa ir ao encontro de uma demanda que nós sabemos que existe, e que historicamente existe no Município. São realmente questões muito antigas, mas que estão atendendo justamente essa faixa que a senhora falou. As demais faixas, continuamos os trabalhos junto à questão, a Cohab faz o trabalho de gestão e junto as empresas que oferecem, o Minha Casa Minha Vida, e também dependemos das questões que a União define. E esse ano

tivemos um período, há alguns anos já que estamos com um vácuo nessa questão, no orçamento da União. Então, são as ações que estamos tomando, quer dizer, busca-se de alguma forma. Ok? O SR. PRESIDENTE:- Perfeito. Fazer alguns comentários a respeito desta peça orçamentária que estamos discutindo em audiência, que ela faz uma composição com as peças orçamentárias, ou seja, nós estamos na fase agora da compatibilização da Lei de Diretrizes Orçamentárias com as metas do PPA, que foram aprovadas por esta Casa. No segundo semestre nós teremos a segunda peça orçamentária, a LOA, que são os investimentos diretos. E aí, de forma bem objetiva, demonstra onde estarão sendo aplicados os recursos, a cada área que o Município atende, dentro das suas prioridades. Então, como o próprio nome diz, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é uma lei que determina as diretrizes de uma forma macro. E nós faremos a aprovação dela até a segunda quinzena do mês de junho nesta Casa, para a sanção do Sr. Prefeito. No segundo semestre teremos a discussão e a elaboração da LOA, que também já está sendo colhido pela população as suas participações diretas, e faremos a aprovação até o final desta gestão. Ou seja, no mês de dezembro estaremos aprovando a Lei Orçamentária de 2023. Portanto, da forma como a Sra. Daniele colocou, a Lei de Diretrizes está elaborada em cima de dez capítulos, de uma forma muito objetiva. Mas, como estamos numa audiência e a população procura informações sobre o orçamento, que num primeiro momento parece ser complexo, mas a partir do momento que haja uma interação e a população acompanhe pelos canais, tanto no Portal da Transparência, no Município de Curitiba, na Câmara Municipal, consegue entender essas peças orçamentárias, que são os recursos advindos de arrecadação de impostos e taxas, convênios, repasses, que formam o orçamento e depois serão aplicados em serviços e investimentos em toda a cidade. Então, é só uma forma muito objetiva para que as pessoas que agora estão acompanhando esta Sessão entendam o processo. Nós estamos num segundo processo, que é o alinhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias junto ao PPA, e no segundo semestre faremos a discussão e aprovação da Lei Orçamentária, que será a lei que pontuará todos os investimentos, obras e realizações do ano de 2023. Eu vou abrir o bloco de perguntas, Daniele, com a apresentação do anexo de riscos fiscais, em conformidade com o Parágrafo 3º, do Art. 4º, da Lei de Responsabilidade, que são os anexos de riscos que estão elencados na pag. 122. Foram elencados os riscos capazes de afetar as contas públicas, com estimativa de oitocentos e trinta e oito milhões. O risco maior num valor total de trezentos e quarenta e quatro milhões diz respeito a demandas judiciais diversas e a providência a ser tomada. De acordo com o plano apresentado, o encaminhamento que demonstra a instrução em precatórios, bem como gerenciamento passivo contingente. Outro risco fiscal relevante é a frustração da arrecadação estimada em cento e vinte e seis milhões, que os recursos fariam frente, adviriam da abertura de crédito adicional suplementar com anulação da reserva de contingência, dezessete milhões, e uso eventual de superávit ou contingenciamento de cento e nove milhões. Essa preocupação se dá porque nós sabemos que esta Fonte 01 da reserva, também as emendas que não estão contempladas no orçamento e aprovadas pela Câmara Municipal, advêm desses recursos. Então, também nos torna bastante preocupados com esta condição, que o orçamento é um cenário que pode ser que estabeleça. Nós torcemos para que não aconteça, porém, é um risco, como o próprio anexo colocou. No Inciso III, da compatibilidade com o Plano Plurianual, no que tange a Segurança Pública, contempla as ações orçamentárias e mantém o consórcio intermunicipal das guardas com a Região Metropolitana, inclusive foi renovado o convênio há poucos dias, pelo seu Prefeito, que também foi estabelecida no PPA. No Programa Viva Curitiba Cidadã traz a inclusão da ação orçamentária Código 1214, que é a implantação, reforma e ampliação de Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado, o CMAEE. Também há compatibilidade com o PPA em vigor, o qual estabeleceu a prioridade na área de Educação, item 3.7. No Programa Viva Uma Nova Curitiba há inclusão de ações orçamentárias referentes a parceria público-privada no serviço de iluminação pública, que também está compatível

com o plano, pois a meta constante no item 6.8 é a modernização de 100% dos pontos existentes de iluminação pública até o ano de 2024. Também, no item 6.6, que é o resumo de plano de ação Programa Viva Uma Nova Curitiba, apresentou dezesseis projetos, dentre os quais a instalação do novo Museu de História Natural, para o qual as diretrizes orçamentárias apresentam Código 1224 e, ademais, o PPA indica diversas ações da gestão de risco climático, como o Bairro Novo da Caximba, com o anexo 1 ao projeto de lei com as metas e prioridades da administração para 2023, que prevê as ações e execução de projetos correlatos. E aí as páginas também já elencadas. Com relação ao Programa Curitiba Transparente, indica compatibilidade também com a atual legislação municipal, Lei 15.952, que é a estruturação orçamentária aos Códigos 12 e 16, 2256, 2257, da Controladoria Geral do Município, órgão do Poder Executivo. Seriam essas as considerações com as quais eu gostaria de abrir o bloco de perguntas. Agradecer a forma objetiva e muito resumida para facilidade de entendimento que a Adriane expos através deste planejamento. As peças orçamentárias, eu tenho visto, há anos que eu acompanho o orçamento da cidade, na discussão elas têm vindo de uma forma muito próxima da realidade. No passado nós tínhamos uma peça muito sugestiva, onde Vereadores aprovavam através de emendas até cem quilômetros de asfalto e não era realizado um quilometro, porque não existia orçamento para aquelas emendas. Então, era uma peça muito de ficção. Nos últimos anos, em especial essa gestão, e a segunda gestão do Prefeito, observamos que os orçamentos têm chego muito próximo da realidade, principalmente buscando atender as demandas da população através do Programa Fala Curitiba, que é um mecanismo em que, de forma democrática, a população participa diretamente elencando as suas prioridades nas dez regionais do Município Curitiba. Também é muito democrática essa participação. Esta Casa vem ampliando, através da sua participação de consultas, também essas demandas que chegam através da população como um todo. Seriam essas as perguntas. Eu passo a palavra agora à Vereadora Indiará. Na continuação, os membros da Comissão. A Sra. Indiará Barbosa:- Obrigada, Presidente Serginho. Bom dia a todos. Gostaria, primeiramente, de parabenizar a equipe da Câmara, a equipe da Comissão de Finanças e da Comunicação, que também fez audiência pública, que o Presidente Serginho apresentou e colheu também as demandas da população nas redes sociais da Câmara, também a equipe do IMAP, a Adriana. Eu estive numa das reuniões do Fala Curitiba, na Regional do Portão e, realmente, não tinha ainda ido, foi bem bacana, deu para entender todo o processo. E era uma reunião que tinha bastante gente, tinha muita gente. Realmente, a população participa e apresenta as demandas. E também agradeço a Daniele e o Carlos, toda equipe da Secretaria Municipal de Finanças pelo trabalho e pela apresentação. Algumas perguntas em relação a avaliação das metas relacionadas, de 2021, na pág. 57 do arquivo, a previsão para o ano de 2023 é um resultado nominal negativo, assim como no ano anterior, sendo que, perdão, é na pág. 56, quando temos ali as metas, a previsão é um resultado primário negativo (V) de trezentos e cinquenta e nove milhões. No ano passado também foi previsto esse resultado negativo. Foi explicada a questão do endividamento, dos empréstimos, e a Daniele também comentou sobre a questão da instabilidade, da dificuldade de previsão. Mas este ano tivemos resultados positivos em seiscentos e cinquenta e seis milhões, ou seja, uma diferença de quase um bilhão oitocentos e sete milhões. E sabemos que tem o superávit. Então, será que a Prefeitura não está estimando muito abaixo novamente esse resultado, prevendo esse resultado nominal negativo para o próximo ano? Outra dúvida, na pág. 54, no regime geral de receitas para o ano de 2023, se a linha que consta entre as receitas correntes ali de duzentos milhões, se nesse valor estão incluídas as multas de trânsito. Se sim, quanto das multas de trânsito representam o total? E boa parte dos recursos relacionados com as multas de trânsito são destinados para a manutenção do sistema. Então, como que é feita essa estimativa? E caso tenha uma frustração de receita, vamos pensar que as pessoas respeitem as regras e não tenhamos essa receita das multas de trânsito, como que ficam esses gastos? Como são cobertos esses gastos? Um outro questionamento, da pág. 61, do anexo metas

fiscais, nas metas onde constam as metas de receita total para os próximos anos, e compara com os três exercícios anteriores, um assunto que conversamos inclusive na semana passada, em relação a questão do transporte coletivo. Então, a receita do transporte coletivo não está sendo considerada como receita, a receita que falamos extraorçamentária, mas quando comparamos os três exercícios anteriores, o valor da receita era considerado. Significa que temos aí uma variação nesse valor, uma diferença de quatrocentos e oitenta milhões, que estava sendo considerada e este ano não está sendo considerada mais. Se puder esclarecer um pouco mais sobre isso. E por último, na tabela na pág. 64, que apresenta também no anexo metas fiscais, a avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS de 2023, na verdade ali ela compara os três anos anteriores. Na linha de receitas imobiliárias tínhamos um valor relevante de trezentos e trinta e cinco milhões, que tem até uma redução bem significativa. Se vocês puderem também detalhar um pouco melhor o que são essas receitas, e por que essa redução de trezentos e trinta e cinco milhões para cento e vinte e sete milhões. Agradeço. São esses os questionamentos. Obrigada, Presidente. O SR. PRESIDENTE:- Perfeito. Peça a devolutiva. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Bom, vamos por etapa. O Vereador Serginho, quando coloca as questões que apresentamos, realmente os riscos são medidos dentro de um cenário que medimos e vamos regulando, e tentando negociar. A questão das demandas judiciais, Vereador, temos buscado sempre trabalhar, agora neste ano, com uma reforma mais persistente, na busca de realmente selecionar aquilo que o Município tem a certeza de que não tem possibilidade de retorno, de que vamos realmente perder as ações judiciais. Temos buscado trabalhar com acordo, no sentido de reduzir os pagamentos dos valores a serem pagos ou de parcelar isso de uma forma mais gradativa, para que consigamos pelo menos evitar os valores mais significativos. Mas, como foi colocado ali dentro do anexo, temos superávit que nos dá essa base, e temos a questão da reserva de contingência. A reserva de contingência que apresentamos nos orçamentos sempre tem o valor mínimo da reserva, mais os custos destinados às emendas. Então, a utilização da reserva não necessariamente compromete o recurso das emendas. Então, ele está disponibilizado, como temos a disponibilidade do superávit, ainda podemos fazer frente à despesa através do superávit, certo? Este ano realmente incluímos dentro da proposta a questão do consórcio das guardas, que foi feito agora no início deste ano, esse centro do CMAEE realmente é um dos que vai ser colocado, o PPP de iluminação, que agora abre no dia 21. Então, sendo positivo o resultado, teremos essa implantação, e a implantação da Controladoria, que realmente foi aprovada no início deste ano. Este ano ainda corre dentro do orçamento da Secretaria de Finanças, mas para o próximo exercício já trabalhará com orçamento próprio. Certo? A questão da Vereadora Indiará, avaliação das metas. A questão do resultado primário que acontece ali no 1122, temos que ver que dentro da previsão que fazemos, trabalhamos com as operações de crédito. Então, as operações de crédito nem sempre se realizam, porque elas se realizam à medida que as obras vão se realizando. Então, temos tido dois anos aonde isso tem sido o problema, até em função do fluxo que tivemos com a questão da Covid, com problemas para realizar a obra, problemas para conseguirmos manter os projetos, tudo em andamento, tinham empresas que estavam fechando, tínhamos dificuldades operacionais porque nossos funcionários também passaram pelas situações. Então, realmente, você tem uma frustração da receita que inverte esses resultados, acaba por inverter os resultados. E além disso, a questão da aplicação financeira, os resultados que temos dos valores da aplicação financeira também contribuíram para a inversão desses resultados. Por isso tem essa diferença entre o que projetamos e o que realmente executamos. A questão das multas de trânsito da mesma forma. Podemos ter eventuais frustrações, principalmente porque a projeção vem com base nos contratos. Tivemos problemas na aplicação desses contratos, então os contratos não conseguiram ser implantados na sua totalidade, como havia uma previsão. Então, você tem às vezes acréscimos e decréscimos, e realmente as pessoas podem por acabar tendo um menor número de infrações. Então, você sempre tem. Trabalhamos

sempre como uma margem. Na hora que vamos liberar as contratações, sempre é verificada a previsão atual que você tem para essa receita, dentro desse cenário de implantação. Mas diante da necessidade, você ocupa os recursos da fonte própria do Município também. Então, podemos substituir pelos recursos da fonte própria. O transporte coletivo, realmente, o recurso que é arrecadado na tarifa do transporte coletivo junto ao usuário foi retirado do orçamento, e ele se dá hoje de forma extraordinária, porque tínhamos as dificuldades operacionais dentro do próprio orçamento, com a questão dos recursos do FUC. Eles interferiam nos nossos índices, e é um recurso que só passa pelo orçamento. Ele é um recurso que não pode ser utilizado em nenhuma outra atividade. Por isso o FUC está fora do orçamento. É isso que aparece agora. A avaliação ali do RPPS é uma questão das aplicações financeiras. A variação que você tem ali é a questão da aplicação, o resultado das aplicações financeiras que teve uma redução muito significativa no último ano. Houve uma redução bem significativa. Ok? O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra a Vereadora Professora Josete. A Sra. Professora Josete:- Bom dia a todos e a todas. Cumprimentar em nome da Daniele toda a equipe da Secretaria de Finanças que está presente aqui na audiência. Agradecer a presença da Dra. Aline, que é muito importante. O sistema da habitação é um gargalo, e realmente precisamos de ações mais efetivas, inclusive com regulamentação de legislações nacionais, que certamente fariam com que o Município pudesse avançar na garantia desse direito básico. Mas gostaria de me reportar, Daniele, a sua apresentação em relação à política de economia por ciclo positivo. Você diz que uma das metas é reduzir despesas administrativas. Então, gostaria de saber quais despesas são essas e o que se prevê em termos de recursos de economia. Tentei localizar ali e gostaria de entender como se dão as políticas públicas. Qual a relação das políticas públicas em relação à política de economia por ciclo positivo? A economia, dentro do que está sendo proposto daqueles eixos, tem uma prioridade em relação à aplicação de recursos? É uma questão que me chama a atenção, e dentro disso acho que precisamos rever várias questões dentro da contratação de pessoal, uma delas é o concurso público. E como educadora, sei que tem uma demanda enorme que existe hoje nas escolas em relação à falta de pessoal, mas principalmente nos CMEIs. Então, as pessoas estão adoecendo porque elas estão sobrecarregadas. Então, se anunciou a realização de concurso público, e queria saber se isso vai acontecer, e o número de vagas, se você já teria para nos adiantar, porque realmente a demanda é muito grande. Então, além do adoecimento dos profissionais, temos uma dificuldade de atender com mais qualidade as crianças que estão nos nossos espaços educativos. Aí me chamou a atenção, dentro das propostas na pág. 66, a ação 2249, que é a promoção do Turismo Metropolitano. Coloca-se ali na meta física três produtos turísticos implementados. Então, se você tem mais detalhes disso, porque fica muito abstrato o que são esses produtos turísticos, o que seriam esses espaços, enfim, como está sendo pensado isso. E na educação, olhei e não localizei aqui, talvez tenha sido alguma desatenção, mas quando você colocou na apresentação a criação de um Centro de Apoio Estratégico Educacional, não identifiquei aqui dentro da proposta de educação. Então me corrija se eu estiver errada. E o que seria seria exatamente esse Centro de Apoio Estratégico? Ele é voltado à formação dos profissionais, à construção de algum equipamento? O que está sendo pensado exatamente em relação a isso. Seriam esses questionamentos. O SR. PRESIDENTE:- Obrigado, Professora Josete. Concedemos a palavra a Vereadora Maria Leticia. A Sra. Maria Leticia:- Bom dia a todas e todos. Cumprimento aqui a Daniele, a Adriana e o Paulo, que vêm aqui hoje apresentar essas relatorias. E as minhas perguntas estão ligadas, de início, aos investimentos da Saúde. Apresentaram ali três reformas, ampliação e quatro construções. Então, pergunto, na pág. 43, Daniele, quais equipamentos da Saúde serão reformados? É uma ação de número 1069. Quais equipamentos da Saúde serão construídos? Em qual localização? Ação 1190. Qual área será desapropriada, e qual a sua localização? Para qual equipamento de saúde será destinada? A ação é de número 1192. É daí, na ação 2099, sobre a divulgação de campanhas informativas e

educativas, pergunto se há previsão de campanhas para pessoas trans e LGBTQIA+ nessa meta também. Pág. 44, qual equipamento de saúde será reformado? Ação 1080. Qual a previsão das campanhas a respeito da endometriose, na meta de número 2102, (I) se existe essa preocupação sobre a endometriose. E na subfunção 334, pág. 45, pergunto, na ação 2064 e 2232, se nessa meta há previsão de ações voltadas à empregabilidade e promoção de renda, de mulheres vítimas de violência. Na pág. 62, na ação 2156, sobre também campanhas informativas e educativas, eu pergunto se nessa meta há previsão de ações voltadas à segurança no trânsito, especialmente no que diz respeito aos ciclistas. Vemos que existem poucas ciclofaixas, ciclovias, e o número de mortes é, infelizmente, grande na Cidade de Curitiba. Na ação 1095, eu pergunto se nessa meta de ampliação da rede de iluminação há previsão de reforço da iluminação pública nas ciclovias da nossa cidade. E, por último, não é uma pergunta, é um pedido. Há semanas eu tento fazer um agendamento na Secretaria de Finanças. Não tenho sido bem-sucedida e preciso, com urgência, discutir alguns projetos que tramitam aqui nesta Casa e que têm fundamental importância esse diálogo com a Secretaria de Finanças. Eu pergunto, Daniele, se você pode me atender na Secretaria. Seria muito importante discutirmos esses temas. Obrigada. O SR. PRESIDENTE:- Muito bem. Então, a devolutiva a essas duas perguntas. Mas antes disso, Daniele, vou conceder a palavra à Vereadora Professora Josete, para um requerimento à Casa. A Sra. Professora Josete:- Sr. Presidente, solicito a prorrogação do tempo da audiência por mais trinta minutos. O SR. PRESIDENTE:- Em votação o requerimento verbal da Vereadora Professora Josete, que solicita a prorrogação da audiência por mais trinta minutos. (Pausa). APROVADO. Com a palavra a Sra. Daniele. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Pela ordem aqui, respondo à Vereadora Josete. A política que estamos trabalhando com a questão do ciclo positivo trabalha com a questão da redução da despesa administrativa, de uma forma a não causar um impacto efetivo da redução dos resultados da despesa administrativa. Quando falo despesa administrativa, é aquela interna do Município voltada à manutenção da estrutura do Município mesmo. Então, as despesas que temos com limpeza, carros, material de expediente. Estamos promovendo um estudo significativo dentro da questão da despesa de limpeza, no sentido de buscar formas, principalmente, trabalhar contratos numa lógica de produtividade, e que consigamos um trabalho no sentido do ganha a ganha. E que implantemos regras de produtividade dentro dos contratos, o que ainda não temos, que nos possibilite ter resultados melhores com recursos menores. Então, não afeta o resultado, mas deve afetar os valores. E isso se dá, não simplesmente cortando o valor do contrato, mas buscando um know-how diferente para que possamos realizar as mesmas coisas, implantação de tecnologias diferentes, novas formas de fazer os contratos. Temos dois mil e trezentos contratos, por isso é um trabalho que se inicia agora, mas ele é moroso, porque você tem que abrir contrato por contrato, abrir as suas planilhas de custo, ver o que podemos compor. Então, um contrato de limpeza, você contrata por metro quadrado, você dispõe uma produtividade por metro quadrado para cada uma das pessoas que estão lá, conforme a tecnologia que é utilizada. De repente, mudo o processo tecnológico, consigo ampliar um pouquinho a metragem quadrada, pela ação de máquinas, ou outros tipos de investimentos. Isso gera um ganho operacional. Então, é nesse sentido que vamos trabalhar, e se refere às despesas administrativas. Não se refere às despesas finalísticas, que também vamos trabalhar, mas com o foco para que possamos ampliar o atendimento, e não reduzir. Então, o que reduzirmos nas despesas administrativas se destinará à ampliação de atendimento e a investimento que é, justamente, para que possamos fazer o trabalho de ressoar economicamente esses recursos. E isso reforça as políticas públicas, para que possamos ampliar as políticas públicas. A contratação de pessoal está sendo providenciada. A celebração de um concurso, realmente, é um processo bastante complexo de ser realizado, e moroso, porque vai ao Tribunal de Contas, volta do Tribunal de Contas, tem uma série de passos a serem realizados, leva em torno de seis meses, e ele está acontecendo, inclusive, já estamos contratando a empresa que

vai fazer a celebração das inscrições, a aplicação das provas, já tem edital correndo para a contratação dessa empresa. Eu não tenho as vagas aqui, não tenho de cabeça, mas elas vêm na lógica de substituir aqueles valores que tínhamos de PSS para a contratação, como determina legalmente o processo de PSS. A questão dos espaços metropolitanos de turismo. Aqui iniciamos um processo, que acho que já ajuda a resposta com a Vereadora Maria Leticia. A LDO, eu não tenho ainda a definição fina do orçamento. Nós temos uma presunção da despesa, e a partir desse momento, eles vão afinar algumas questões. Afinar é no sentido do quê? Se eu tenho cinco espaços para trabalhar, nós vamos ver agora, nesse tempo, qual é o que já conseguimos fechar a desapropriação, qual é o que já estamos com o projeto pronto. Então, você vai afinar essa informação para ter para o próximo orçamento. Então, ainda não há definições. Mas os espaços do Turismo, passam, certamente, pelo Jardim Botânico, pelas requalificações necessárias a esses espaços. São espaços que possuímos no Município e podem estar relacionados a isso. Mas ainda não tenho esse detalhamento fino. Isso vai acontecer só na LOA. Na LOA vamos ter. Eu tenho até uma previsão, mas ainda não é, tanto que lei não consta, justamente porque ainda não temos esse detalhamento fino. A SRA. ADRIANE CRISTINA DOS SANTOS:- Daniele, se me permite, pelo plano de governo conseguimos ver a previsão no Turismo, da requalificação da torre panorâmica. Então, agora com o refinamento da LOA, pode ser que isso apareça, quem sabe, até, na própria consulta pública do Fala. Mas, pelo plano de governo a previsão também é da torre panorâmica. Assim como, os locais de reforma, de construção, eles também advêm do processo do Fala Curitiba. Então, precisamos terminar agora essa questão até o final de julho, para que consigamos elevar as demandas da população para esse detalhamento da LDO. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- A questão do Centro de Apoio com Estratégia. Até onde eu sei, realmente, ele tem algum vínculo com a formação profissional, mas eu não tenho, exatamente, qual é a configuração do equipamento. Esse centro de apoio está previsto na ação 1161, na pág. 46. Os investimentos de Saúde, Vereadora Maria Leticia. Nós temos aqui um primeiro desenho, que não está na lei porque realmente ainda não tem essa definição clara, são questões de espaços de saúde, na União das Vilas, Chapinhal, São Miguel. São esses que temos aqui, mais ou menos, desenhados por eles. Da mesma forma, ainda não temos a definição final. A definição final nos é enviada pelas secretarias, só na elaboração do orçamento, onde isso fica claro no desdobramento das ações orçamentárias. Então, nesse momento temos a ideia do que vai ser feito, a previsão de um valor orçamentário, mas falta esse refinamento ainda da finalização de um projeto para ver, efetivamente, o que vamos colocar dentro da lei orçamentária. O SR. PRESIDENTE:- Próximo Vereador inscrito, Mauro Ignácio. O Sr. Mauro Ignácio:- Obrigado, Presidente Serginho. Quero cumprimentar a Daniele, toda a equipe da Prefeitura de Curitiba. Acompanhava a apresentação e fiquei muito feliz porque, apesar da crise que o País vive, Curitiba continua avançando com obras, equipamentos. Só o que me causou estranheza foi que aqui na planilha, no slide de obras e investimentos, eu não vi o Viaduto do Orleans. Sempre constou em slides passados, foi fala aqui do Prefeito, do Vice-Prefeito, eu tenho acompanhado, passo a passo, as tratativas. Sabemos que há um convênio entre Governo de Estado e Prefeitura Municipal, um repasse de mais de um milhão. E foi licitado um projeto executivo, já tem uma empresa escolhida, já está em execução o projeto executivo. E me causa estranheza a falta de previsão orçamentária para a obra em 2023. Claro, eu sei que vai haver um convênio entre Governo do Estado e Prefeitura, e quiçá, o Governo Federal possa investir também, afinal de contas é uma obra de trinta milhões, não é um valor pequeno, será a maior obra da região de Santa Felicidade nas últimas décadas. Mas, me causou estranheza não estar um destaque ali, Viaduto do Orleans, investimento para obra. Seria isso, muito obrigado. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Então, Vereador, estamos verificando aqui, ali no destaque constam as obras do convênio da SEIL, são obras de infraestrutura. Então, como ainda não está desdobrada, dentro daquele item temos as questões relacionadas ao viaduto. E

assim, temos um processo de amadurecimento, a contratação do projeto nesse ano, sabemos que é um projeto longo. Então, no ano que vem devemos ter o processo licitatório para iniciar a obra. Realmente, deve ter uma disposição. O Sr. Mauro Ignácio:- Mas não está esquecido, ele está embutido. Essa é a minha preocupação. Obrigado. A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Não está esquecido, de maneira nenhuma. Conta aqui, só não está desdobrado. O SR. PRESIDENTE:- Agora temos as perguntas da população. O Sr. Eric Willian, que enviou a solicitação. Ele pergunta sobre habitação: Por que o mercado imobiliário não dá atenção para essas pessoas que estão na fila da COHAB. A Vereadora Indiara fará a leitura das demais perguntas. A Sra. Indiara Barbosa:- São mais duas perguntas que vieram pelo e-mail da Câmara, do Sr. João Carlos: muitas áreas são prioritárias quando se trata de orçamento, principalmente as que tem mais demandas. Por que saúde, educação, segurança, bem-estar social nem sempre são colocadas nessa ordem? E a outra pergunta é uma dúvida em relação ao passado: a expectativa da receita ficou em um pouco mais de 1%. Por que isso se, praticamente, ao final de 2021, a pandemia sob controle, comércio voltando, o percentual foi considerado baixo, se no período mais grave da economia houve arrecadação razoável, mesmo tendo em vista os lockdowns? A SRA. DANIELE REGINA DOS SANTOS:- Vamos ver, então. A questão do mercado imobiliário. O mercado imobiliário reage às políticas, principalmente, colocadas pela União na questão dos investimentos para o repasse às pessoas que hoje constam na fila da Cohab. E tem acontecido, em menor quantidade do que já tivemos, mas ainda temos alguns empreendimentos, e eles são direcionados pela própria Cohab para o atendimento das filas. Então, na intenção das pessoas de firmarem essas compras, isso ocorre, muitas vezes, por intermédio dentro da Cohab ao mercado. Mas, de maneira geral, tivemos dois anos onde o mercado imobiliário também passou pelo freio da questão da pandemia. Tivemos um desaquecimento, o mercado diminuiu suas construções, e os novos empreendimentos também têm um tempo para a sua viabilização. A questão da prioridade à saúde e à educação ela é legal, e ela ocorre, efetivamente, dentro do orçamento. Quando você olha um orçamento do Município de nove bilhões de reais, e você tem a Educação com um bilhão e meio, a Saúde com quase dois bilhões, significa que a prioridade está dada, sem dúvida alguma. E são os principais mecanismos que temos para estabelecer o bem-estar geral. O aumento da receita, é preciso verificar que a variação apresentada é a variação do orçamento. A variação do orçamento implica em muitas coisas, a quantidade de recursos que entra no empréstimo, as transferências. Embora as nossas receitas apresentem crescimentos superiores, estando junto com a inflação, e principalmente, as nossas projeções estão relacionadas a isso, temos quedas nas transferências, quedas nos valores de empréstimos que entram no Município, e que no total interferem numa variação que aponta para menor. Mas, não significa que a arrecadação esteja caindo, **(A)** pelo contrário, nós temos posições positivas na arrecadação, mas essas transferências, como nós mostramos, passam a ser cada vez menores e isso interfere no valor total. Este 1,26 % é a variação total que o orçamento tem de um ano para o outro. Ok? O SR. PRESIDENTE:- Nós estamos encerrando as participações. Pergunto se mais algum Vereador deseja questionar a equipe da Secretaria de Finanças. (Pausa). Não havendo inscritos, gostaria de agradecer ao Presidente desta Casa, Vereador Tico Kuzma, que proporcionou o horário destinado a esta Comissão para a realização da audiência. Quero agradecer mais uma vez a presença da Promotora do Ministério Público do Estado do Paraná, Dra. Aline Bilek Bahr; da Adriane Cristina dos Santos, Diretora de Planejamento da Secretaria de Finanças; do Carlos Kukulj, Diretor de Orçamento da Secretaria de Finanças; da Daniele Regina dos Santos, Superintendente Executiva da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento do Município de Curitiba. Também os agradecimentos aos servidores da Comissão de Economia e Finanças que dão o suporte dia a dia; à Comunicação Social desta Casa que fez um amplo trabalho de divulgação, com a participação direta da população através dos meios de comunicação. Agradeço aos membros desta comissão: Vereadora Indiara Barbosa, Vereadora Professora Josete,

Vereadora Flávia Francischini, Vereador Hernani, Vereador João da 5 Irmãos, Vereador Osias Moraes, Vereador Tito Zeglin e Vereador Jornalista Márcio Barros e demais autoridades não nominadas; a todos os Vereadores que participaram diretamente e parabenizar a Câmara como um todo que tem participado das audiências nas dez regionais, realizadas nesses meses. Não temos mais participações. Neste momento encerro esta audiência e devolvo a condução da Sessão ao Presidente Tico Kuzma para a continuidade dos trabalhos. Muito obrigado. Bom dia a todos". Do que para constar, a presente Ata foi lavrada pela equipe de taquigrafia e organizada por Tiago Maximiliano Carneiro Leão, de acordo com as Notas Taquigráficas, a qual será assinada pelos Vereadores que compõem a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.

Sergio R. B. Balaguer (Serginho do
Posto)
Presidente

Indiara Barbosa
Vice-presidente

Flavia Francischini
Membro

Hernani
Membro

Jornalista Márcio Barros
Membro

João da 5 Irmãos
Membro

Osias Moraes
Membro

Professora Josete
Membro

Tito Zeglin
Membro

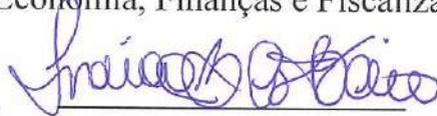
Vereadora Flávia Francischini, Vereador Hernani, Vereador João da 5 Irmãos, Vereador Osias Moraes, Vereador Tito Zeglin e Vereador Jornalista Márcio Barros e demais autoridades não nominadas; a todos os Vereadores que participaram diretamente e parabenizar a Câmara como um todo que tem participado das audiências nas dez regionais, realizadas nesses meses. Não temos mais participações. Neste momento encerro esta audiência e devolvo a condução da Sessão ao Presidente Tico Kuzma para a continuidade dos trabalhos. Muito obrigado. Bom dia a todos". Do que para constar, a presente Ata foi lavrada pela equipe de taquigrafia e organizada por Tiago Maximiliano Carneiro Leão, de acordo com as Notas Taquigráficas, a qual será assinada pelos Vereadores que compõem a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização.

Sergio R. B. Balaguer (Serginho do
Posto)
Presidente



Hernani
Membro

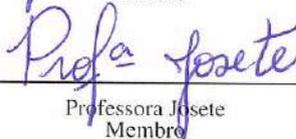
Osias Moraes
Membro



Indira Barbosa
Vice-presidente



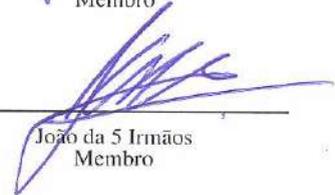
Jornalista Márcio Barros
Membro



Professora Josete
Membro



Flávia Francischini
Membro



João da 5 Irmãos
Membro

Tito Zeglin
Membro